

O MUSEU COMO LOCUS DE PRODUÇÃO DA HISTÓRIA NACIONAL E REGIONAL: O CASO DO MUSEU JÚLIO DE CASTILHOS

LUÍS ARMANDO PERETTI¹, MARLISE M. GIOVANAZ²

RESUMO

O artigo se propõe à investigação sobre a constituição de uma política de preservação patrimonial no Brasil e a participação dos museus como conservadores da memória nacional. Especificamente neste caso, a proposta é analisar o caso do Museu Júlio de Castilhos desde a sua fundação até o ano de 1954, quando este passa por um processo de desmembramento interno. O museu instalado na casa de Júlio de Castilhos, em uma nobre região da cidade consagrada à política e aos poderes a ela relacionados nasceu encarregado de guardar a memória do RS. Como instituição consagrada à coleção, preservação, exibição, estudo e interpretação de objetos materiais ligados à história regional, este museu proporciona uma muito produtiva análise da constituição de uma memória, uma identidade e uma história do país e região

Palavras-chave: *identidade, memória, museu, patrimônio.*

ABSTRACT

This article intends to investigate the development of heritage preservation policy in Brasil and the

¹ Acadêmico do Curso de História – Bolsista PROICT/ULBRA

² Professora – Orientadora do Curso de História/ULBRA
(mgiovanaz@terra.com.br)

museum's role as national memory maintainers. In this case, specifically, the proposal is to analyze the case of Júlio de Castilhos Museum since its foundation in 1954, when it passes through an inner dismemberment process. The museum situated in Júlio de Castilhos house, on a noble region of Porto Alegre, was created to keep the memory of Rio Grande do Sul state. As an institution that deals with collection, preservation, exhibition, study and interpretation of material objects related to regional History, this museum provides a great analysis of the memory and history formation of our state.

Key words: *identity, memory, museum, heritage.*

DOS MUSEUS E COLEÇÕES

Tem sido objeto de historiadores e antropólogos nos últimos anos o estudo de *objetos e coleções*, e de seu uso simbólico na construção de identidades pessoais e coletivas na moderna história cultural ocidental. Todos tipos de objetos são apropriados e expostos em museus e instituições culturais com o objetivo de representar determinada categoria (primitivos, o passado nacional, etc.). Os patrimônios culturais podem então ser definidos como a coleção de móveis ou imóveis, através dos quais é definida a identidade de pessoas ou coletividades como a nação, o grupo étnico. Passando a ser a posse de determinados bens culturais a definição da identidade dos grupos. A nação enquanto coleção de indivíduos ou indivíduo coletivo, através da posse de seu patrimônio cultural, ou sua cultura, define sua identidade.

Desta forma percebemos que os bens culturais que pertencem ao chamado patrimônio nacional estão diretamente associados ao "passado" e à construção de uma história comum a toda nação. São os bens culturais que garantem a continuidade da nação no tempo. A capacidade de evocar o passado eminente nestes objetos está fundamentada na memória coletiva, na qual estas lembranças estão associadas ao

espaço em que se encontram ou ao espaço que representam. O passado da Nação é simbolicamente usado com o objetivo de fortalecer a identidade pessoal e coletiva do presente. Este fenômeno é característico da modernidade, com a emergência das comemorações, das festas cívicas, dos monumentos, do folclore, dos mártires e heróis nacionais, um conjunto vasto de tradições é inventado com o objetivo de criar identidades nacionais. Estas comemorações são consideradas parte orgânica do passado, e sua posse nos possibilita uma relação de continuidade com o passado. A crença na autenticidade de seu patrimônio é que fornece o último argumento na construção da identidade cultural, a legitimação pela nação de um bem, classificado como patrimônio nacional, caracteriza e instaura este objeto no passado da nação.

Pierre Nora (1993), coloca que a curiosidade pelos lugares da memória, onde a memória se cristaliza e se refugia, está ligada ao nosso momento particular de História. É o momento do fim dos lugares-memória (igreja, família, estado, etc.) que asseguravam a passagem linear do passado para o futuro, ou do que se deveria reter do passado. Somos uma sociedade que tenta fabricar um presente eterno e a memória é a fonte de resgate dos referenciais identitários do passado. O autor separa os lugares da memória em dois domínios: os simples, naturais e os am-

bíguos, artificiais, produtos de abstração. Mas ambos significam lugares materiais, simbólicos e funcionais. Não basta ser um arquivo para ser um lugar de memória, é necessário que ele se vista de um caráter simbólico. A razão fundamental para caracterizar um local como lugar de memória é parar o tempo e prender o máximo de significações em um mínimo de sinais. Segundo Norà, os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados.

A partir do século XIX, os monumentos figurarão então como provas documentais da História Nacional, como um fundo comum de valores gerais. O patrimônio estará composto, neste caso, como uma coleção de objetos visíveis que atestam a permanência da identidade coletiva do indivíduo na nação, através de suas transformações históricas. Dentro do imaginário social, a noção de patrimônio nasce diretamente ligada ao conceito de identidade nacional, ou seja, na afirmação da permanência de um substrato cultural comum e na negação da decomposição temporal, que é própria da modernidade.

O Museu é uma instituição presente em nossa sociedade desde a civilização grega, mas a formação do conceito que nos é apresentado atualmente vem do século XIX, que classifica o Museu Histórico como um lugar de homenagem e reverência, de produção de conhecimento e de saber, e de exercício e de ostentação de poder. Estes preceitos ainda persistem, em maior ou em menor grau, nas definições contemporâneas de um Museu Histórico. Ele continua sendo o local onde armazenam-se coleções de objetos materiais, que definem a identidade de um povo, mesmo representando outras épocas e outras pessoas, eles são os símbolos da civilização, da memória do grupo. Podemos definir o Museu

então como o espaço destinado a reverenciar uma determinada memória, uma determinada história, ou seja, aquela que estes museus pretendem mostrar e contar. A atribuição de significado aos objetos do acervo, que os distingue dos demais, está baseada em uma concepção de história orientada pelos eventos e figuras de exceção- são os grandes homens e os fatos importantes que compõe esta história que é guardada nos museus.

Foi somente na França, com o chamado “Maio de 68”, que esta instituição foi realmente questionada e acusada de armazenar e sacralizar o valor burguês. Felizmente não se concretizaram as intenções de incendiar os museus europeus, e atualmente nos é possível incorporar aos museus novas e complexas atribuições. Ele continua sendo o espaço de intermediação entre o indivíduo e os objetos materiais, mas agora com uma característica mais presente- a idéia do conhecimento e da documentação via objeto- mesmo que para tanto ele perca a utilidade inicial para a qual foi concebido.

A evocação e celebração da memória continuam obrigatoriamente presentes na instituição, porém agora como objeto de estudo. Podemos definir algumas funções de um museu histórico contemporâneo com a busca do entendimento da construção, do uso e do estudo da chamada memória nacional. Este novo discurso museológico busca superar esta idéia de uma memória única, para se tornar o difusor da pluralidade de memórias como processo de identificação cultural. Um museu não pode ser apenas um memorial para evocar e celebrar a História, mas sim um centro de documentação e de pesquisas, com atuação cultural e educacional que possibilite entender a organização, o funcionamento e as mudanças de uma sociedade.

PROBLEMA DE PESQUISA

A proposta deste trabalho é produzir uma investigação sobre a constituição de uma política de preservação patrimonial no Brasil e a participação dos museus como conservadores da memória nacional. Especificamente este projeto se propõe a analisar o caso do Museu Júlio de Castilhos desde a sua fundação, em 1903, até o ano de 1954, quando este passa por um processo de desmembramento interno. O foco principal da investigação se refere à constituição do acervo do Museu, sua administração neste período e a forma como o acervo histórico e antropológico foi tratado inicialmente. Este espaço representa um museu regional, que, logo após a morte do então Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos passou a sediar-se na sua antiga residência. No ano de 1907, o museu instalou-se na casa da família Castilhos, em uma nobre região da cidade consagrada à política e aos poderes a ela relacionados e nasceu encarregado de guardar a memória do Rio Grande do Sul e o papel do Estado na constituição da nacionalidade brasileira.

Esta instituição foi marcada pela realização de um projeto de desvendamento das principais características da regionalidade e da nação, onde a formação da memória regional significa seu principal desafio. Como instituição consagrada à coleção, preservação, exibição, estudo e interpretação de objetos materiais ligados à história regional, este museu proporciona uma muito produtiva análise da constituição de uma memória, uma identidade e uma história do país e região. A partir da análise dos Relatórios anuais produzidos como prestação de contas do funcionamento do Museu à Secretaria de Estado que era vinculado foi pos-

sível acompanhar o crescimento do acervo e os principais interesses dos seus diretores nas exposições produzidas. Os regulamentos internos da instituição proporcionaram a possibilidade de acompanhar as políticas internas de seleção e tratamento do acervo. Outros documentos também foram analisados como a Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Estado no período de 1921-25 e entre 1927-30, publicação de caráter científico que procurou divulgar o acervo documental da instituição e as possibilidades de investigação propostos por eles. Apresentamos ainda como meta futura um estudo comparativo entre este museu, com sua especificidade regional, com outros museus regionais do país e a forma de constituição destes, possibilitando observar como nos dois casos, a influência das teorias filosóficas e políticas européias, principalmente francesas, provocaram ações e interpretações que se revelam fundamentais na prática de preservação e museologia no Brasil.

A constituição do acervo deste museu nos possibilita, portanto, a análise dos objetos e coleções classificados como referenciais no processo histórico de nosso estado e país.

PEQUENA HISTÓRIA DO MUSEU

A criação de um Museu do Estado do Rio Grande do Sul já era prevista anteriormente a fundação do museu agora em estudo, de acordo com Marlene Medaglia Almeida (1983), desde a metade do século XIX, já se tem notícia da criação de um museu no estado, que estaria vinculado ao antigo Instituto Histórico e Geográfico da

Província de São Pedro. E também existe um decreto estadual de n. 1549, de 17-12-1885 que previa a criação de tal instituição. Inferimos então, que quando da fundação do Museu Júlio de Castilhos a discussão sobre a necessidade de um museu aqui no estado não era uma novidade.

Podemos situar o surgimento do primeiro Museu Estadual, a partir da Exposição Agropecuária de 1901, quando o patriarca do Partido Republicano Riograndense (PRR), Júlio de Castilhos, observou uma série de minerais do estado lá expostos. Coerentes com a política positivista implementada no Estado pelo PRR, começaram a projetar a possibilidade de criar-se uma instituição nos moldes do positivismo comteano e um Museu que divulgasse a pujança natural do Estado. Júlio de Castilhos, apesar de não mais ocupar o cargo de Presidente do Estado percebeu nas coleções minerais expostas na feira, que se realizou no Campo da Redenção, atual Parque Farroupilha, um campo fértil para realizar os estudos científicos tão caros aos seus ideais. Segundo Leticia Nedel (1999), essa é a "versão oficial" registrada. Mas é somente após a morte de Júlio de Castilhos que se consuma o surgimento do Museu do Estado, em 30 de janeiro de 1903 (Decreto 589 do Presidente do Estado), sob o mandato de Borges de Medeiros. Inicialmente o acervo ficou em uma sala ao lado da Escola de Engenharia da Universidade de Porto Alegre, sendo que, após um curto período de tempo, foi transferido para os galpões da Redenção.

Ao estudarmos a trajetória do museu, veremos que o ano de 1954, sob a égide do diretor Dante de Laytano, ocorre uma importante ruptura no caráter museográfico da instituição. Até a década de 20 fica marcada na identidade do Museu seu caráter cientificista, quando se constrói um acervo voltado principalmente para a

mineralogia e a paleontologia. Isto pode ser demonstrado pelo envio de coleções ao exterior, que pretendiam divulgar as riquezas naturais do Estado. A partir da leitura dos relatórios expedidos pelo diretor Francisco Rodolpho Simch desde a fundação até o ano de 1925, percebemos que a principal vertente do museu é a história natural. Isso fica evidenciado ao analisarmos a formação do acervo inicial do museu, onde o investimento maior era no financiamento do material mineral e paleontológico. O espaço para a documentação e acervo histórico propriamente representava no princípio um espaço de apresentação de figuras fundadoras da história gaúcha e se compunha unicamente de doações.

Em seu primeiro regulamento o Museu do Estado do Rio Grande do Sul define seu interesse de acervo.

Artigo 1- Compete ao Museo do Estado: ()

6- Collecionar documentos históricos de qualquer genero.

7- Estabelecer collecções philatélicas e numismáticas.

Pg 27 Artigo 2- Os artigos entregues ao Museo serão distribuídos pelas 4 secções seguintes:

1 secção de zoologia e botanica.

2 secção de mineralogia, geologia e paleontologia.

3 secção de antropologia e etnologia.

4 secção de ciencias, artes e documentos históricos.

()Artigo 5- " " " antropologia e etnografia compreende:

Inciso 1- Reunião e estudo de todos elementos referentes a antropologia dos incolas primitivos do Brasil e especialmente do RS;

Artigo 6- A Quarta secção compreende:

Inc 1- receber e dispor metodicamente todos os produtos, recentes ou não, das ciências, das indústrias e artes, que lhe forem confiados.

Inc 2- catalogar os manuscritos e mais documentos que lhe forem distribuidos.

Inc 3- ordenar sistematicamente selos, estampilhas, sinetes, emblemas moedas, etc., que o Museu adquirir.³

Mesmo compondo uma seção própria foi possível vislumbrar que nos primeiros 25 anos de funcionamento do Museu a quarta seção foi constituída por doações de objetos pelo grupo do partido que estava no governo, representada majoritariamente pelos ilustres líderes positivistas. Segundo colhido nos relatórios anuais produzidos pelo então diretor FR Simch, a aquisição de um acervo histórico de maior relevância significaria um ônus muito pesado ao estado, demonstrando seu apreço pessoal pelas ciências naturais bem como o interesse do grupo a que estava vinculado. Obviamente o Museu fazia campanhas com o objetivo de construir seu acervo em parceria com a sociedade gaúcha, apresentando-se como o lugar de salvaguarda e divulgação da história do Estado. Já as seções de mineralogia, paleontologia, botânica e geologia conformavam-se como a grande vitrine do Museu, sendo por diversas vezes registrada a compra de novos materiais para serem expostos. Neste primeiro período também foi co-

mun o envio de exposições para o exterior, tendo o objetivo de demonstrar a pujança e possibilidades de exploração mineral e vegetal que o estado oferecia.

Na conformação do acervo histórico deste período aparecem muitos elementos da população indígena, obras da estatuária missioneira e o acervo de Júlio de Castilhos. Junto a isto uma valiosa coleção de moedas, medalhas, armas e documentos da História do RS. Todos registram entrada como doação.

No ano de 1920 se deu a criação do Instituto Histórico e Geográfico do RS, que mais tarde construiria uma importante parceria com o Museu e que também consolida o campo da História como um campo relevante de estudo dentro do estado. No ano de 1925 se dá a transferência da documentação histórica que estava alocada junto ao Arquivo Público Estadual para a seção de História Nacional do Museu. Neste momento assume a diretoria do Museu Alcides Maya, que encerra as visitas públicas ao Museu e restringe seu espaço apenas aos pesquisadores. Esta foi a documentação inicial, enriquecida entre 25 e 54, que terminou por constituir o acervo do Arquivo Histórico do RS (1954).

Desde os primeiros relatórios do Museu Júlio de Castilhos, já era explicitada a necessidade da criação de uma revista, para a publicação dos "trabalhos científicos" realizados nos departamentos do MJC. Em 1921, o APRS lança a Revista do Arquivo Público, que estava diretamente vinculada a sua 2ª seção, o Arquivo Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. De acordo com nossas perspectivas é possível inferir que essa revista era estreitamente ligada as figuras de Alcides Maya e de Eduardo Duarte, que era o diretor da seção do AHG-AP, isto fica

³Regulamento do Museu do Estado do RS, 1903. Acervo do MJC.

explicitado quando os dois são transferidos para o Museu e a partir de então a publicação passa a ser conjunta. Em Outubro de 25, ocorre a transferência do AHRS para o MJC, que passa para a tutela da Secretaria do Interior e Exterior.

RESULTADOS

O principal objetivo do trabalho foi analisar a constituição do acervo do Museu Júlio de Castilhos e o processo de difusão de conhecimentos empreendido por este. Esta tarefa foi o ponto fundamental da pesquisa, nos possibilitou reconstruir a história do Museu nos seus primeiros 50 anos a partir da documentação interna e do acervo. Os pontos fundamentais que foram observados são: entrada de acervo, política desenvolvida pelos diretores e a atenção dada à quarta seção, quanto à questão da difusão de conhecimento produzida pelo Museu ainda é preciso fazer uma análise das exposições do período e também da Revista publicada junto com o IHGRS.

Foi também proposta do trabalho analisar a relação estabelecida entre a instituição do Museu e o prédio onde se abriga desde o ano de 1907, como uma forma de investigar a relevância delegada ao prédio onde se instalou o Museu e as finalidades abrigadas por este. Foi possível observar pela documentação que no período inicial o prédio era considerado pelos diretores como impróprio para a função que deveria exercer, complicando o processo de apresentação das exposições. Outro problema levantado pela documentação é sobre a manutenção do prédio, que deveria ser feita pelo Estado, porém encontrava-se abandonado segundo afirmavam seus diretores. Podemos afirmar que o Museu

permaneceu no prédio fundamentalmente por ter sido a residência de Júlio de Castilhos, o que atribuiu uma carga simbólica ao espaço.

Outra preocupação apresentada inicialmente foi a de identificar o discurso desenvolvido pelos dirigentes do Museu que se referissem à identidade regional gaúcha e ao papel desta dentro da identidade brasileira. Foi possível registrar que o discurso sobre a identidade gaúcha era mais evidente nas administrações de Alcides Maya e Dante de Laytano, intelectuais ligados ao campo das ciências humanas, e que demonstravam uma preocupação clara com a questão histórica e antropológica do Museu, cabe agora produzir um estudo mais elaborado das propostas que cada um colocou e de que forma estas interferiram na postura museológica empreendida no local.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Desde o primeiro momento de criação do projeto de pesquisa que deu origem a este trabalho nos deparamos com a raridade de publicações específicas sobre o Museu Júlio de Castilhos. É bem verdade que existe uma vasta produção no campo do regionalismo, porém o material produzido sobre as instituições de formação da memória regional ainda é bastante reduzido. Dentre o referencial bibliográfico consultado, se sobressai a dissertação de mestrado da Letícia Borges Nedel, *"Paisagens da Província: o regionalismo sul-riograndense e o Museu Julio de Castilhos nos anos cinquenta"*. Apesar da autora ter centrado o seu estudo sobre um tema e período distintos do objeto aqui proposto, sua análise proporciona o estudo da relação do museu com a construção do imagi-

nário regional. Seu trabalho nos permitiu traçar linhas gerais a respeito da trajetória do Museu Júlio de Castilhos até a década de 1950. Além de ser o único trabalho desse nível que se refere à instituição em questão, através da sua leitura foi possível identificar outros trabalhos de pesquisa importantes referentes a historiografia gaúcha das décadas de 20 e 30.

O primeiro deles é a pesquisa de mestrado da Marlene Medaglia Almeida - *"Introdução ao Estudo da Historiografia Sul-rio-grandense: inovações e recorrências do discurso oficial (1920-1935)"* - que identifica as diretrizes básicas da historiografia oficial da época. O outro trabalho que nos serviu de referência é a pesquisa de doutorado da Ieda Gutfreind *"A Construção de uma identidade: a historiografia sul-rio-grandense de 1925 a 1975"*, onde produz sua análise a partir da identificação de "duas matrizes ideológicas distintas" - o platinismo e o lusitanismo. Esses estudos nos ajudaram a traçar um panorama geral da produção de história regional e nacional no período e identificar a participação do Museu Júlio de Castilhos neste processo. Esta discussão historiográfica, ficou marcada pelo confronto entre dois grupos de intelectuais que percebiam as origens históricas do Rio Grande do Sul de formas distintas, por um lado os platinistas, surgidos no século XIX, que propõe uma relação estreita tanto com os países do Rio da Prata como com o resto das províncias brasileiras, apresentando os povoados missionários como o momento de fundação da história gaúcha. De outro lado o grupo lusitanista, mais vinculado a construção da identidade nacional brasileira e que contesta qualquer traço da herança platina na formação da identidade gaúcha. A tendência lusitanista acabou por prevalecer e controlar a produção historiográfica das décadas de 1920 e 1930.

FONTES CONSULTADAS

Relatórios da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, enviados ao executivo estadual entre os anos de 1900 - 1903- período em que o Museu funciona precariamente nas dependências da Escola de Engenharia, a instituição ainda não tinha regulamento interno e seu acervo estava sendo montado tendo como base a coleção da Exposição Agropecuária de 1901. Localização- Arquivo Histórico do RS, o MJC possui em seu acervo cópias destes documentos.

Relatórios da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas entre os anos de 1903 - 1925. Publicação oficial do órgão ao qual o Museu esteve subordinado durante o período. Os Relatórios anuais produzidos pela direção do Museu eram enviados à Secretaria e publicados, dando conta das modificações no acervo e das principais atividades desenvolvidas. Localização- Arquivo Histórico do RS, o MJC possui em seu acervo cópias destes documentos.

Relatórios anuais enviados à Secretaria de Estado do Interior e Exterior, entre os anos de 1926 - 1935, que constam nos Livros de Correspondência Expedida do Acervo MJC.

Relatórios anuais enviados à Secretaria da Educação e Saúde Pública do Estado, entre os anos de 1935 - 1952, que constam nos Livros de Correspondência Expedida do Acervo MJC.

Revistas do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul, nº 22, 23 e 24 do acervo documental do MJC;

Os regimentos internos do MJC (1903, 07, 26, 43).

Ofícios avulsos dos Livros de Correspondência Expedida do Acervo MJC.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marlene M. **Introdução ao estudo da historiografia rio-grandense: inovações e recorrências do discurso oficial (1920-35)**. 1983. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1983.

BACZKO, Bronislaw. “A Imaginação Social”. *Anthropos- Homem* 5, 1986. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

CHARTIER, Roger. **A História cultural**. Lisboa: Difel, 1990.

FERRARA, Lucrecia. “As Máscaras da Cidade”. **Revista da USP**, São Paulo, [n.p.], mar./maio1990.

FORTUNA, Carlos. “As Cidades e as Identidades: narrativas, patrimônios e memórias”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ano 12, n.33, [n.p.], fev.1997.

GIOVANAZ, Marlise. **A conformação do Solar Lopo Gonçalves como um lugar de memória da cidade de Porto Alegre**. Mimeografado.

GIOVANAZ, Marlise. **Lugares de História: a preservação patrimonial em Porto Alegre (1960-79)**. 1999. Dissertação (Mestrado em

História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

GUTFREIND, Ieda. **A construção de uma identidade: a historiografia sul-rio-grandense de 1925 a 1975**. 1989. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice/ Ed. dos Tribunais, 1990.

MACEDO, Francisco Riopardense de. **História de Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1993.

MACEDO, Francisco Riopardense de. **Rio Pardo, a arquitetura fala de história**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 1972.

MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano**. Porto Alegre: Ed. PUC-RS, 1995.

NEDEL, Leticia Borges. **Museu Júlio de Castilhos (1952-60): a consolidação de um discurso histórico regionalista**. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. In: PROJETO História, n° 10. São Paulo: Educação/ PUCSP, 1993.

PESAVENTO, S. J. ;SOUZA, C. **Imagens Urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.

PESAVENTO, Sandra J. **O imaginário da cidade: os caminhos da representação urbana/ Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

PESAVENTO, Sandra J. (Coord). **Memória Porto Alegre:** espaços e vivências. Porto Alegre: Ed. UFRGS/ PMPOA, 1991.

PORTO ALEGRE, Achylles. **História Popular de Porto Alegre.** Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1941.

POSSAMAI, Zita R. **Guardar e celebrar o passado:** o Museu de Porto Alegre e as memórias na cidade. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.